

MOVIMENTOS SOCIAIS



Centrais sindicais buscam ampliar o leque de apoios contra as propostas de mudança na Previdência e contam com os movimentos sociais para construir uma greve geral. Uma vitória contra o projeto do governo pode significar maior fôlego frente às pesadas baixas sofridas desde o golpe de 2016.

Centrais sindicais e a contrarreforma da Previdência

A derrubada da contrarreforma da Previdência pode ser decisiva para os movimentos sociais. O protagonismo numa eventual derrota do governo nessa pauta tem tudo para garantir a recuperação de posições no terreno, após um período de importantes baixas iniciado com o impeachment de Dilma Rousseff.

Barrar as mudanças, que afetarão não somente as aposentadorias, mas o sistema de Seguridade Social como um todo, foi eleita pelas centrais sindicais e movimentos sociais como tarefa prioritária no primeiro semestre.

Mobilizações organizadas em dezenas de cidades brasileiras, no dia 22 de março, eram consideradas pelos sindicatos como um termômetro que indicaria quais as possibilidades e obstáculos para a convocação de uma greve geral contra o projeto do governo, em data ainda não estabelecida.

A intenção das centrais, anunciada publicamente, é repetir a paralisação nacional de 28 de abril de 2017, quando, segundo cálculos dessas entidades, 45 milhões de brasileiros não foram ao trabalho.

Naquela ocasião, foi decisiva a adesão dos setores de transporte público nas principais capitais e em algumas regiões metropolitanas.

Para atrair apoio para além dos contingentes sindicalizados à greve pretendida, o movimento sindical tem buscado, conforme relato do presidente da CUT Wagner Freitas, costurar politicamente com os agentes econômicos e as lideranças políticas dos municípios, de olho na grande dependência econômica que as cidades, sobretudo as pequenas – com menos de cem mil habitantes –, guardam com a concessão de aposentadorias e pensões. Para 64% dos municípios brasileiros, os recursos da Previdência têm mais peso que os repasses do Fundo de Participação dos Municípios.

Como não poderia deixar de ser, o apoio dos demais movimentos sociais continua fundamental. Espera-se muito da participação das mulheres nas mobilizações de rua. A força demonstrada pelos coletivos feministas nos últimos tempos, especialmente nas manifestações do #EleNão, e a efetiva capacidade demonstrada de agregar se-

tores multipartidários ou apartidários, reafirmam a natureza imprescindível dos movimentos de mulheres nessa disputa.

Enquanto isso, o líder do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) Guilherme Boulos havia iniciado um giro por diversas cidades brasileiras para a realização de plenárias tendo como tema a defesa da Previdência. Na penúltima semana de março, em cidades da região Sul, encontros reuniram milhares de pessoas. A agenda de Boulos privilegiou universidades como locais das assembleias. Em sua conta no Twitter, Boulos também reafirmou o caráter crucial da batalha em torno da Previdência.

Tendo o dia 28 de abril de 2017 como referência, então é preciso destacar que muito mudou desde então. Se por um lado a contrarreforma previdenciária encaminhada por Michel Temer foi derrotada, resultado do qual o movimento sindical reivindica protagonismo, principalmente devido às mobilizações que culminaram na greve geral de 2017, por outro a destruição da Consolidação das Leis do Trabalho, encaminhada pelo mesmo Temer, foi aprovada com relativa tranquilidade.

Intitulada reforma trabalhista, a nova legislação não só está jogando na informalidade a massa trabalhadora, como chancelou oficialmente toda espécie de desrespeito aos direitos trabalhistas. O que anteriormente era passível de punição e por isso causava constrangimento, agora pode ser praticado com indisfarçável orgulho pelo empresariado.

Se não bastasse apontar para o esvaziamento das possibilidades de sindicalização, outrora associada quase integralmente à figura da carteira de trabalho, a nova legislação retira muitos dos papéis que cabiam aos sindicatos. A letra da lei empurra os sindicatos para fora de processos como as negociações coletivas e as resoluções de conflito, por exemplo.

Sintoma maior deste ataque contra os sindicatos, até o momento, é a postura do governo estadual de São Paulo, que concedeu pacote de incentivos fiscais para a montadora GM, em troca da manutenção de fábricas em São José dos Campos e São Caetano, sem a participação dos trabalhadores na mesa de negociação. Os sindicatos foram solenemente ignorados. Em sua lógica marqueteira, João

Dória quis, certamente, passar a mensagem de que o movimento sindical não é necessário.

A mudança nas leis trabalhistas também ataca a jugular da arrecadação dos sindicatos, de duas maneiras: a extinção compulsória do imposto sindical e a queda na massa dos trabalhadores formais.

Quando a ofensiva antissindical parecia ter atingido seu grau máximo, eis que no início de março o atual governo federal edita medida provisória que tenta inviabilizar até mesmo a contribuição financeira voluntária para os sindicatos. Pela medida, de número 873, o sindicalizado voluntário não poderá mais autorizar desconto de sua contribuição diretamente na folha de pagamento. Será necessário fazê-lo por boleto bancário, após autorização por escrito. Isso causará ao menos três prejuízos: mais despesas monetárias e operacionais para geração e entrega dos boletos para os sindicatos; falta de pagamento por razões como esquecimento ou falta de tempo, e, a mais grave, facilitará às empresas a perseguição à atividade sindical, uma vez que os sindicalizados ficarão mais expostos.

Os primeiros sindicatos atingidos são os dos servidores públicos, uma vez que o desconto das contribuições voluntárias se dava através do Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados), órgão subordinado ao Ministério da Economia, cujo titular atual, Paulo Guedes, é o principal entusiasta da contrarreforma da Previdência no interior do governo, representante do sistema financeiro que é. Já nos primeiros dias de março, o Serpro começou a enviar ofícios aos sindicatos do setor público federal suspendendo a cobrança em folha. Uma forma de tentar eliminar o debate e a negociação com os trabalhadores.

Em busca de enfrentar este mais recente golpe, as centrais sindicais instruíram os sindicatos filiados a ingressar com liminares judiciais contra os efeitos da medida. Paralelamente, em março já se fazia trabalho político junto ao Senado, que tecnicamente tem a prerrogativa de devolver medidas provisórias ao Executivo, anulando seus efeitos.

Por tudo isso, e a despeito de tudo isso, uma vitória contra a proposta de mudança na Previdência pode ser a chave para os movimentos sindical

e sociais reafirmarem sua importância na vida das pessoas e no desenvolvimento econômico do país. Será então necessário, caso consigam, explicitar o papel que tiveram no resultado positivo. Será outra árdua tarefa, uma vez que a mídia comercial certamente procurará invisibilizar a atuação e atribuir a não-aprovação a fatores outros, como falta de articulação política do governo – que de fato existe.

Demonstração desse descompasso interno ao governo foi dada em 21 de março, quando a Operação Lava Jato anunciou, com pompa, a prisão do ex-presidente Temer e do ex-ministro Moreira Franco. Inegável latifúndio de Sérgio Moro, ministro da Justiça, a ação pode acirrar os atritos com o Con-

gresso – Franco é sogro do presidente da Câmara, Rodrigo Maia – e com o MDB, sigla a qual os presos pertencem. Se as prisões forem mantidas, o incômodo aumenta. Se o Supremo Tribunal Federal conceder habeas corpus a ambos, outra frente de atrito ficará mais abrasiva. Comentaristas apostavam que o episódio acarretaria dificuldades à aprovação da contrarreforma.

Já a aprovação da proposta do governo, caso ocorra, fará ainda mais difícil a vida dos movimentos sociais, especialmente para os sindicatos. O desafio de reorganização estrutural e de ação muito provavelmente vai se tornar mais urgente.